



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

a favor dos catadores. Com esse trabalho, evidencia-se o papel que a universidade pública pode assumir, enquanto forte ator social capaz de facilitar e promover o desenvolvimento social através do conhecimento e do compromisso com a transformação da sociedade.

Palavras chave: Catadores. Coleta seletiva solidária. Extensão universitária. Política pública

1. Introdução

A urbanização, com o crescimento e inchaço das cidades ao redor do mundo, bem como o modelo de desenvolvimento adotado globalmente até então, baseado no consumo e no descartável, trouxeram à tona a questão da geração de resíduos e a consequente necessidade de sua destinação adequada. Mas a questão do lixo começou a ganhar espaço na agenda política muito mais recentemente. No cenário mundial, a política de gestão de resíduos passou a ser revista a partir da década de 1970. Porém, tardiamente na América Latina, o debate em torno do tema inicia-se, mais como uma questão social - pois trabalhadores nos lixões e nas ruas começam a ser percebidos - do que como uma questão ambiental (WIRTH, 2010).

Além das condições desumanas enfrentadas nas ruas e nos lixões, e até mesmo nas associações e cooperativas, o trabalho dos catadores não é efetivamente remunerado. Cabe a eles apenas o recurso que obtêm com a comercialização dos recicláveis que conseguem coletar, em um mercado bastante instável, com presença de atravessadores e em elevado grau de informalidade.

No Brasil, os catadores passaram por um processo de organização produtiva (em cooperativas e associações) que lhes permitiu, também, organizarem-se politicamente. Assim nasce o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), em 2001, na luta pelo reconhecimento do trabalho, da profissão “catador”, das tecnologias desenvolvidas ao longo de décadas de experiência em coleta seletiva e, principalmente, pela remuneração adequada ao serviço prestado à sociedade.

A força política dos catadores organizados conquista alguns avanços para a categoria através de políticas públicas. Em 2007, é promulgada a Lei Federal do Saneamento Básico (Lei 11.445/07) que dispensa os poderes públicos municipais de

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

licitação para contratação de organizações de catadores. Apesar da nova possibilidade, pouco foi concretizado neste sentido. Foi apenas em 2010 que o marco regulatório para a área de resíduos sólidos foi estabelecido, através da Lei nº 12.305/10, conhecida como Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS). Ela busca combater dois dos problemas ambientais mais graves das cidades brasileiras: a disposição inadequada do lixo urbano e a ausência de programas de coleta seletiva com a inclusão socioprodutiva dos Catadores.

Diversos municípios brasileiros, onde a organização dos catadores era mais expressiva, tornaram-se exemplos, como é o caso de Ourinhos em São Paulo e Itaúna em Minas Gerais, que possuem coleta seletiva através de contratos de prestação de serviço com cooperativas de catadores, o que é conhecido por “coleta seletiva solidária”. Porém, infelizmente, metade dos municípios, 50,6% de acordo com pesquisa da CNM (Confederação Nacional dos Municípios), não conseguiu atingir sequer a meta de acabar com os lixões até 2014. Esse prazo acabou sendo estendido a 2018, diante da dificuldade encontrada pelos municípios.

Foi neste contexto que, em 2013, foi desenvolvido um projeto de extensão pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Campus Diamantina, com o objetivo de prestar assessoria técnica à Associação dos Catadores de Diamantina (ACAD) no sentido de fortalecer sua organização para melhoria das condições de trabalho e renda e, posteriormente, para a implantação de uma coleta seletiva solidária devidamente remunerada pelo poder público municipal, nos moldes do que orienta o MNCR e a PNRS.

Diante da realidade de uma coleta seletiva atual ineficiente e do assédio que a prefeitura municipal de Diamantina tem sofrido por parte de interesses privados nesse setor, torna-se necessário avaliar e colocar em evidência a viabilidade social, ambiental, política e econômica da coleta seletiva solidária, tanto para o município, quanto para os próprios catadores, que se encontram distanciados das discussões e lutas que sua categoria faz Brasil afora.

O presente artigo, portanto, apresenta as principais reflexões, análises, anseios e conquistas obtidas ao longo de dois anos de trabalho, que fizeram com que o projeto alcançasse a esfera política municipal, na sensibilização dos poderes públicos para a contratação da ACAD para o serviço de coleta seletiva. Além disso, espera-se aproveitar

ISBN: 978-85-93416-00-2





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

essa experiência para refletir brevemente acerca do papel social da universidade pública e o lugar que o(a) técnico(a) ocupa na relação com movimentos sociais.

O texto que segue pode ser compreendido em três seções principais. A primeira parte de um entendimento necessário para a defesa da coleta seletiva protagonizada pelos catadores. Para tanto, serão abordadas a questão do lixo, do processo identitário dos catadores que leva à garantia de reconhecimento e de luta por direito por meio de políticas públicas direcionadas, as vantagens do ponto de vista social, ambiental, político e econômico em relação à coleta seletiva convencional. Essa primeira parte foi elaborada a partir da leitura de livros, artigos, leis e participação em eventos sobre a temática. A partir desse entendimento, na segunda parte, é apresentado o contexto específico de Diamantina, a situação do lixo na cidade, as condições da ACAD e o desenrolar do projeto de extensão, ainda em andamento, que tem como foco a implantação da coleta seletiva solidária em Diamantina. Essa parte foi construída durante as ações extensionistas, nas reuniões com a ACAD, com a prefeitura e com a equipe do projeto. Por fim, busca-se uma reflexão necessária sobre a relação universidade – sociedade, no sentido de encontrar aí a centralidade de uma proposta de universidade pública comprometida com a transformação social.

POR QUE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA?

Pretende-se, aqui, defender a coleta seletiva solidária como resposta eficaz dos catadores aos problemas que os resíduos sólidos recicláveis geram, nesse modelo de sociedade, sob os pontos de vista ambiental, social, econômico, político, tecnológico e até mesmo do ponto de vista de transformação dessa mesma sociedade. Para compreender tudo isso, é necessário compreender como funciona a cadeia produtiva da reciclagem e qual o lugar que o catador ocupa nela.

Segundo Silva (2011), no processo da coleta dos resíduos até o destino final para a reciclagem, as relações de trabalho são marcadas por interesses financeiros e os catadores são os menos favorecidos economicamente, encontrando-se na base dessa pirâmide

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Catadores (as) de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras. No congresso, foi lançada a Carta de Brasília, documento que expressa as necessidades do povo que sobrevive da coleta de materiais recicláveis.⁴

De acordo com Gohn (2003), movimentos sociais são “ações coletivas, de caráter sócio-político e cultural, que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”. E, segundo Faria (2011, p. 54), “quando os cidadãos adquirem capacidades para agir coletivamente, eles passam a monitorar, participar e pressionar os governos, tornando-os mais democráticos”.

Nas palavras do próprio MNCR, seu objetivo é garantir o protagonismo popular dessa classe oprimida pelas estruturas do sistema social. Acreditam na prática da ação direta popular, que é a participação efetiva do trabalhador em tudo que envolve sua vida, “algo que rompe com a indiferença do povo e abre caminho para a transformação da sociedade”.⁵

Dessa forma, como definem os catadores, é através dessa “consciência” de organização coletiva que o MNCR passa a pressionar as autoridades governamentais em busca de políticas públicas para o segmento, que regularizem suas práticas do ponto de vista social, ambiental, político, econômico e cultural, fazendo emergir uma identidade até então não reconhecida de forma legalizada.

Assim como se refere Dupas (1999), na sociedade ocidental, o que determina os sujeitos é o trabalho, o reconhecimento de uma identidade. No caso dos catadores, esse reconhecimento legitimado ocorre tardiamente, mas já conquistado pela organização da classe. Graças à qual a profissão dos catadores foi reconhecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) pela Portaria nº 397, de 9 de outubro de 2002, do Ministério do Trabalho, sob o Código nº 5.192-05.

⁴ Disponível em: < <http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/sua-historia>>. Acesso: 15 nov. 2015.

⁵ Disponível em: < <http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/o-que-e-o-movimento>>. Acesso: 15 nov. 2015



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

PANORAMA DA RECICLAGEM EM DIAMANTINA E A ASSOCIAÇÃO DE CATADORES

Localizado no Norte do Estado de Minas Gerais, o município de Diamantina possui 45.880 habitantes (87,3% pop. urbana), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em uma área de 3.892 km² (BRASIL, 2011). Situado a 280 km da capital, Belo Horizonte, a cidade é tombada pelo patrimônio histórico e recebe muitos turistas durante todo o ano. Ela vem crescendo a um ritmo bastante acelerado nos últimos anos em função da recente implantação da UFVJM e de um dos *campi* da estadual de Minas Gerais, a UEMG. Diamantina é considerada um polo de desenvolvimento na região do Vale do Jequitinhonha, uma das mais pobres do país. Justifica-se o esforço que o grupo empenha para a implantação da coleta seletiva solidária no município, tanto pela própria causa, a luta dos catadores, quanto pelo exemplo que a cidade representa para a região, na qual os catadores ainda se encontram em precária organização e visível distância em relação à luta engajada do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, o MNCR.

O município de Diamantina encontra-se irregular em relação às metas estabelecidas pela PNRS, pois ainda mantém ativamente a destinação dos resíduos urbanos para o aterro precário. A falta de um plano de gerenciamento de resíduos indica a dificuldade para tratar dos resíduos sólidos e, por outro lado, a questão social associada aos catadores fica também desamparada.

Segundo informações da diretoria de limpeza urbana da cidade, por dia são coletadas aproximadamente 40 toneladas de resíduo na coleta comum, que é destinada ao aterro da cidade. De acordo com um estudo gravimétrico realizado em 2010, 33,87% do lixo coletado é reciclável. Utilizando essas informações estimamos que um total de 13,5 toneladas de recicláveis é enviado para o aterro por dia (de segunda a sábado). Isso significa um quantitativo de 351 toneladas por mês de materiais passíveis de serem reciclados que são enterrados.

A cidade de Diamantina possui muitos catadores que coletam individualmente pela cidade, mas apenas uma associação, a ACAD, que surgiu da organização de catadores do

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

antigo lixão da cidade. Os(as) associados(as) são parentes entre si, mas devido às condições precárias de espaço físico, equipamentos e remuneração (menos de meio salário mínimo), o quantitativo flutua bastante, entre 5 e 7 catadores(as). Essas mesmas condições são responsáveis pelo não interesse de outros catadores organizarem-se.

Desde o fechamento do lixão da cidade, onde hoje foi instalada a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, a prefeitura estabeleceu uma relação com o grupo, embora de maneira assistencialista. Os equipamentos que o grupo possui (prensa, dois caminhões pequenos, balança, triturador de vidro, picotadeira de papel) foram adquiridos através de um projeto encaminhado pela prefeitura para um edital FUNASA de 2010. Ela também paga, atualmente, o aluguel de um galpão improvisado para triagem, disponibiliza um motorista e abastece o caminhão de coleta, por meio de convênio. Além disso, os documentos de registro da associação, as notas de compra e venda do grupo e a maior parte das atividades administrativas, ficam sob responsabilidade de uma funcionária da prefeitura.

Embora fundamental para a sobrevivência do grupo até então, percebe-se a dependência e vulnerabilidade da associação em relação à prefeitura. Além de ser uma relação que não estimula a autonomia da associação, ao observar os resultados, conclui-se que não funciona, tanto do ponto de vista das condições dos catadores associados, quanto do ponto de vista da reciclagem. Como a associação tem uma média de produção mensal de 4 toneladas, calcula-se que menos de 1,2% de todo o material reciclável produzido no município é recuperado para reciclagem pela associação⁶.

Outra situação preocupante em relação à autonomia do grupo, ou melhor, sua dependência, é o fato de que todo material produzido, com exceção do alumínio, é vendido para o mesmo comprador. A associação está sempre em dívida com o atravessador, pois ele realiza empréstimos em dinheiro e cobra em material, além de ser ele próprio quem define o valor desse material.

⁶ Esses dados servem para se ter apenas uma ideia da situação. Para uma estimativa mais próxima da realidade é necessário atualizar o estudo gravimétrico e coletar informações mais precisas a respeito do peso da coleta comum mensal.



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Em relação à estrutura física, o galpão de triagem é pequeno, com cobertura apenas numa parte do terreno que não impede que o material se molhe em dias de chuva. Existe um espaço improvisado para cozinha e reuniões. O grupo utiliza dentro do galpão uma prensa hidráulica e uma balança. Existem carrinhos para transportar fardos, porém o piso irregular não favorece seu uso. Os fardos são rolados para a área de armazenagem. A triagem é realizada no próprio monte onde o caminhão despeja o material na entrada do galpão. Não existe nenhum equipamento específico para essa etapa, mesa ou esteira, o que provoca má postura e prejudica a saúde dos catadores.



Figura 1: Galpão onde se localiza a Associação dos Catadores de Diamantina.

Essa foi, resumidamente, a situação que a equipe encontrou ao iniciar o projeto de extensão, que será detalhado a seguir.

OS AVANÇOS DO PROJETO DE EXTENSÃO

Num primeiro momento, a proposta do projeto foi apresentada para a associação com o intuito de verificar se as demandas verificadas previamente pela equipe iam ao

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

encontro das necessidades da associação e assim alinhar as expectativas de ambas, equipe e associação. Durante esse primeiro encontro na associação, o grupo nos demandou auxiliá-los para o recebimento da Bolsa Reciclagem, benefício do Governo de Minas Gerais, citado anteriormente. O grupo levantou também demandas mais assistenciais como alfabetização, tratamento odontológico e cesta básica.

Dessa forma, a equipe optou por buscar atender as demandas de assistência básica paralelamente a um trabalho mais sistematizado de assessoria técnica através de diagnóstico e planejamento. A partir das atividades realizadas, a equipe pôde conhecer mais a fundo o grupo e a situação do empreendimento para, a partir daí, conseguir apoiar a associação.

Os resultados obtidos foram sistematizados e apresentados para o grupo. A figura 2 mostra o gráfico em rede obtido com a quantificação dos resultados por aspecto analisado. A “mancha” na rede significa a situação do empreendimento. Quanto mais preenchido o gráfico, ou seja, quanto maior a “mancha”, melhor a situação.

O gráfico é apenas um recurso visual para o diagnóstico. Dois dos pontos desse gráfico, não citados anteriormente, merecem detalhamento:

- Produção: A coleta seletiva ocorre através de Pontos de Entrega Voluntária (PEV's). Os pontos são caixas metálicas com paredes de grade, permitindo a visualização do seu interior. Eles ficam espalhados pela cidade, são bastante discretos e a maioria está com o adesivo de identificação danificado. Não são muitas as pessoas que conhecem os PEV's e sua função, menos ainda as que os utilizam adequadamente. Por esse motivo, eles acabam virando pontos de depósito de qualquer tipo de resíduo. Outro fator que contribui para uma baixa produção é a logística de coleta. Como os motoristas são da prefeitura, eles ficam submetidos a outras demandas, não estando de forma regular a serviço da coleta. Isso acaba provocando, também, baixa adesão entre os moradores e comerciantes à coleta seletiva, pois não é possível cumprir horário. Como não há garantia na coleta, muitos preferem não separar.

- Segurança e Saúde: Os catadores não usam EPI (Equipamento de Proteção Individual). Apesar de acharem necessário e quererem usar, não têm condições de comprar.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização



Patrocínio



Apoio





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016

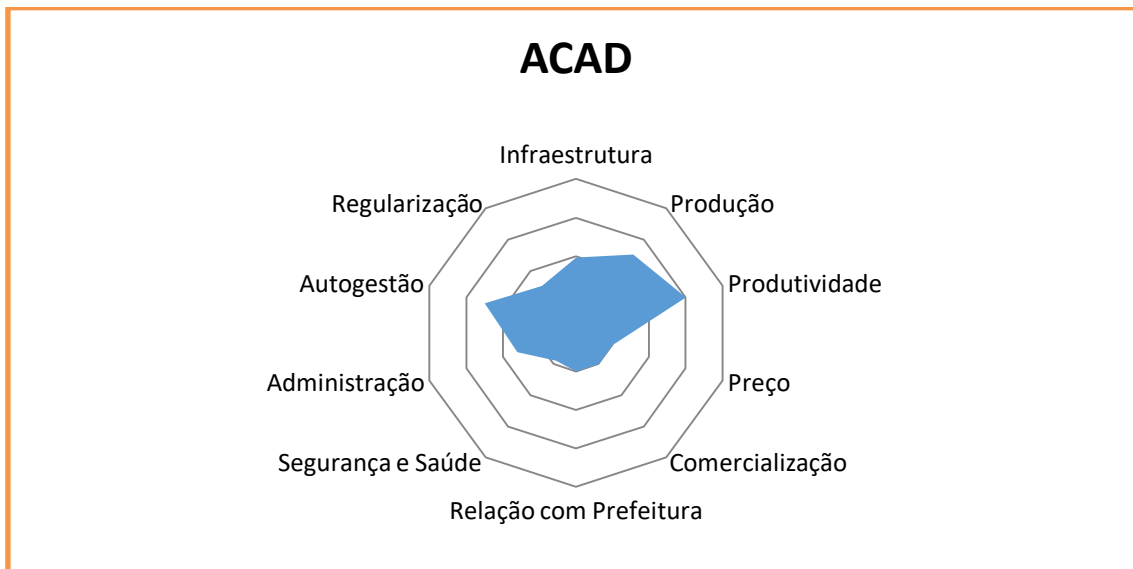


Figura 2: Gráfico do resultado do diagnóstico realizado na ACAD.

Após a apresentação do diagnóstico, foram apresentadas e discutidas as propostas de ações para atuar nos aspectos que apresentaram baixos índices. A ação priorizada naquele momento foi em relação à infraestrutura. A análise da equipe, junto com associação, foi a de que seria necessário melhorar as condições de trabalho, referentes ao espaço físico e aos caminhões de coleta, para que, posteriormente, fosse possível pensar numa coleta mais eficiente, com divulgação e educação ambiental junto à população. Não seria possível apenas divulgar, pois o galpão não suportaria o volume de material. Além disso, como divulgar sem poder firmar compromisso com a coleta? O efeito poderia ser o contrário do desejado.

Para resolver o problema de espaço físico, a equipe, junto com a associação, sugeriu à prefeitura a utilização de um outro espaço, próprio da prefeitura e maior, que a associação já utilizava para o armazenamento de vidro. Porém, este local estava inapropriado, devido à falta de instalação elétrica, água e licenciamento ambiental. Dessa forma, iniciou-se o diálogo com a prefeitura, buscando apresentar as justificativas que compõem o texto desse trabalho, na tentativa de angariar melhoras para a coleta seletiva e, no longo prazo, efetivar a coleta seletiva solidária no município. Naquele momento, em

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização



Patrocínio



Apoio





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

uma reunião com o prefeito Paulo Célio, foi aprovada uma reforma no galpão que possibilitaria a mudança da associação. A própria prefeitura ganharia muito com isso, pois deixaria de ter que pagar aluguel para a associação, e aumentaria sua arrecadação através do ICMS ecológico, obtido com o licenciamento ambiental para esse fim.

Atualmente, o galpão já se encontra em condições para a realização do trabalho da coleta seletiva solidária, porém, o único impedimento para a mudança é que ainda falta a instalação da rede elétrica trifásica pela companhia de energia elétrica, CEMIG, agendada para fevereiro de 2016.

A equipe de trabalho tem buscado informações a respeito do licenciamento ambiental na Superintendência Regional de Regularização Ambiental-SUPRAM. Nesse processo, a Associação dos Município da Microrregião do Alto Jequitinhonha-AMAJE, através dos seus engenheiros ambientais, apresentou-se interessada em apoiar a regularização ambiental desse galpão, percebendo que isso é um passo fundamental para a implantação da coleta seletiva no município.

Outro passo importante, relacionado à infraestrutura, seria buscar autonomia do grupo em relação à coleta. Para isso, faz-se necessário que a própria associação possa dirigir seus caminhões. Neste sentido a equipe se mobilizou para passar nas autoescolas da cidade, em busca de um desconto ou ganho total para que duas associadas pudessem tirar a Carteira Nacional de Habilitação - CNH. Com essa ação foi possível reduzir pela metade o valor necessário. No momento, as associadas estão realizando as aulas de legislação.

Outra ação da equipe, com vistas a implantação da coleta seletiva solidária em um futuro próximo, foi a elaboração de uma identidade visual do grupo, que representasse a associação, com o objetivo de ser a marca de identidade do trabalho deles e para a divulgação através de cartilhas, cartazes e camisetas. Para apoiar essa elaboração, a equipe planejou uma oficina sobre logomarca e uma oficina sugerida por uma publicação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp, a Empírica, chamada “Comunicação Visual”. Dessa oficina, levantou-se que a identidade visual deve remeter à reciclagem, através do símbolo, deve conter os materiais recicláveis, as pessoas e a cidade. Essa nova imagem está em processo de elaboração gráfica.

ISBN: 978-85-93416-00-2





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Todas essas ações, associadas à insistência da equipe em acompanhar todo o processo, colocando a todo momento seu conhecimento em diálogo e formação com gestores públicos e catadores, contribuíram para que esses atores fossem sensibilizados para a proposta de implantação da coleta seletiva solidária. A partir do envolvimento da equipe com a associação dos catadores, considerando toda a luta histórica da categoria e os avanços políticos conquistados tanto a melhoria de acesso as políticas públicas, quanto a melhoria organizacional, passou-se a defender a contratação da ACAD pela prefeitura para o serviço público de coleta, triagem e destinação adequada de resíduos recicláveis. Além de ser condizente com as políticas, essa seria a maneira de se atingir uma real autonomia do grupo, seu reconhecimento e a superação das precárias condições de trabalho.

Algumas reuniões na prefeitura municipal demonstraram a disposição das partes na proposta e uma comissão para seu estudo foi criada. A comissão tem se baseado nos estudos que a equipe do projeto já realizou e nas experiências de outras cidades que mantêm contratos com catadores.

Pretende-se, com esse trabalho, melhorar as condições de vida dos catadores da associação, de modo que outros catadores identifiquem, na organização coletiva, uma alternativa de superação do trabalho degradante e mal pago nas ruas ou lixões de Diamantina. Dessa forma, esperamos que a associação cresça e ofereça aos associados em qualidade de vida, condições de trabalho e renda a um maior número de trabalhadores e trabalhadoras.

2. Considerações Finais

Retomando a proposta do trabalho, a fim de concluir algo a respeito do estudo realizado e da experiência relatada, reconhecemos a necessidade de apontar, aqui, de forma mais resumida, quais foram os argumentos apresentados para embasar a proposta de contratação da ACAD pela Prefeitura Municipal de Diamantina.

Bem, o trabalho possibilitou uma série de reflexões que vão neste sentido. Do ponto de vista social, é possível concluir que a contratação direta dos catadores é fundamental para o fortalecimento de sua organização social. É a contratação que viabiliza economicamente o empreendimento e, por esse motivo, viabiliza a geração de emprego e

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

renda para esse segmento da sociedade. Outro apontamento sobre o aspecto social é o modo de organização desse empreendimento, que é gerido de modo autogestionário. A autogestão convoca os envolvidos para além do trabalho manual (designado ao trabalhador), pois a gestão e a administração devem ser compartilhadas. Essa responsabilidade gera a necessidade de formação e faz com que os trabalhadores busquem superar sua condição intelectual. No caso da ACAD, uma das catadoras com mais idade no grupo deseja se alfabetizar. As duas mais jovens estão aprendendo a dirigir. Uma outra deseja fazer curso para contribuir com as questões burocráticas que o grupo enfrenta.

Do ponto de vista econômico, é possível avaliar dois lados, o dos catadores e o dos poderes públicos. Analisando pelo lado dos catadores, a contratação é necessária para a viabilidade da sua organização, para que passem da condição de sobrevivência para a condição de convivência digna. Pelo lado das prefeituras, tem-se que a contratação de uma organização autogestionária, somente por ser autogestionária, já implicaria em economia de recursos. O custo do serviço de um empreendimento desse tipo não inclui os custos de contratação de mão de obra e lucro, que são grande parte dos custos de uma empresa convencional. Nesse sentido, o valor do contrato é aquele necessário para pagar o serviço e o trabalho de forma direta.

Do ponto de vista ambiental, muitas análises poderiam ser realizadas. Em Diamantina, o aterro da cidade está praticamente esgotado em sua capacidade. A coleta seletiva pode ser a salvação para essa situação, uma vez que ela retira a maior parte do volume do lixo que vai para o aterro.

E, finalmente, do ponto de vista político, a coleta seletiva efetuada pelos catadores vem sendo incentivada politicamente através de leis, como a PNRS. É uma conquista do MNCR e viabiliza a correta destinação final de resíduos passíveis de reciclagem através da logística reversa.

O projeto enfrentou, ao longo desses dois anos, muitos desafios ao defender essa ideia. A partir do diagnóstico e planejamento que, tanto os catadores da ACAD quanto outros atores sociais envolvidos com a questão começaram a enxergar com bons olhos essa possibilidade. Aí talvez esteja uma tarefa para a universidade pública: devolver para o público o seu investimento. Transformando a realidade através do ensino de qualidade e

ISBN: 978-85-93416-00-2





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

propondo ações/intervenções comprometidas com os setores menos favorecidos da sociedade.

3. Referências

BRASIL. Lei 11.445 de 5 de janeiro de 2007. **Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico**; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm. Acesso em 27 de fev.2016

_____. Lei 12.305 de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm >. Acesso em 13 de dez. 2015.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010**: resultados do universo por setor censitário. Rio de Janeiro, 2011.

BOSI, A. P. A. “Organização capitalista do trabalho “informal””. O caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 23(67), 101-191, 2008.

CALDERONI, S. **Os bilhões perdidos no lixo**.4ed., São Paulo: Humanitas Editora/FFLCH/USP,2003.

DEMAJOROVIC, Jacques. “A evolução dos modelos de gestão de resíduos sólidos e seus instrumentos”. In: **Política ambiental e gestão de resíduos sólidos**. Cadernos FUNDAP, n. 20, maio/ago, 1996.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**/ Gilberto Dupas. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FARIA, C.F. Afinidades eletivas entre participação e desenvolvimento socioeconômico. In: I. SOUZA, João Valdir Alves de. II. NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. (Orgs). **Vale do Jequitinhonha: desenvolvimento e sustentabilidade**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011, p. 51- 64.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ISBN: 978-85-93416-00-2





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

WIRTH, Ioli Gewehr. **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão.** Campinas: FE/Unicamp, 2010.

WIRTH, Ioli; FRAGA, Lais. Tecnologia Social na cadeia produtiva da reciclagem: a experiência da Catunidos. In: Fabiana C. Rodrigues; Henrique T. Novaes, Eraldo L. Batista. (Org). **Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital.** 1ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012, v.1.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização



Patrocínio



Apoio

